

## HOMENAGEM A LYGIA SIGAUD

2006. Foi no primeiro semestre daquele ano que tivemos Lygia Sigaud conosco. Presença generosa que se dividia entre a disciplina que ministrava regularmente como professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, o atendimento aos alunos, que oferecia na sala 34 B do “prédio dos professores” do IFCH, as discussões dos projetos e pesquisas em andamento dos estudantes de sociologia e antropologia vinculados ao Centro de Estudos Rurais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Ceres). Não há como escrever sobre seu tempo conosco sem que isso se torne um “quase-depoimento”: assisti a algumas sessões do seu curso e debatemos juntas projetos e pesquisas de nossos alunos. O seu curso versava sobre Direito e Mundo Social e sua proposta poderia ser sintetizada em duas questões: o modo como as inovações jurídicas desencadeiam efeitos no mundo social e como o direito, enquanto um conjunto de normas e instituições, se torna efetivo. O pensamento de Lygia era rigoroso e vigoroso. Era fascinante acompanhar as sessões do seu curso e ver seu pensamento em ação. Logo na primeira sessão, fez questão de explicitar o ponto de vista a partir do qual o curso foi concebido, para em seguida conduzir os alunos à reflexão sobre o trabalho etnográfico: Como elaboramos as questões para a pesquisa? Como construímos o *corpus* para a análise? Que usos podem ser feitos dos distintos procedimentos – etnográficos, documentais, históricos e estatísticos em nossos trabalhos? Sempre a demonstrar que a boa pergunta era antes o “como” e não o “por que”, pois, como ela ensinava, “é o *como* que nos permite desvelar o processo, que permite a *descrição*”. E foram sempre os processos sociais que estiveram no centro dos seus estudos, desde os trabalhos iniciais na zona da mata canavieira de Pernambuco em fins da década de 1960, precisamente em 1969. Ela trazia o seu campo, ou melhor, os seus campos para dentro da sala de aula:

era possível ver a passagem do dado empírico (seus atores sociais com nomes, posições sociais, os acontecimentos, os recursos à justiça, as petições, as situações sociais) à análise. Ensinou aos nossos alunos que as virtudes heurísticas de um universo social não são transparentes.

Nesse seu curso, Lygia Sigaud explorou todo um aparato conceitual da antropologia concernente às obrigações sociais, às relações de troca e de dependência recíproca, às relações de poder e dominação. Vejo que tudo isso, aliado à sua larga experiência etnográfica e a seu fecundo exercício intelectual, foi também objetivado na aula inaugural que proferiu na abertura do semestre letivo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, à qual deu naquele momento o título de “O senso comum em antropologia”, que mais tarde veio a ser publicada na *Revista Novos Estudos Cebrap* (v. 77, 2007, p. 129-152), sob o título “Doxa e crença entre os antropólogos”. Também seu artigo “‘Se eu soubesse’. Os dons, as dívidas e suas equivalências”, publicado na *Ruris* (v. 1, n. 2, set. 2007, p. 123-153), objetiva suas reflexões sobre troca e direito. Nesse artigo, após inscrever o relato de um trabalhador rural a respeito da ruptura das relações com seu patrão na história recente das plantações da mata pernambucana, Lygia analisou as transformações que favoreceram a contabilização dos dons, seus significados para os envolvidos e as implicações disso para os estudos sobre troca e direito.

Sua colaboração à linha de pesquisa Territorialidades e Processos Sociais, do Ceres e do PPGAS é inestimável; e aqui lembro especialmente sua contribuição às pesquisas sobre as ocupações de terra no Brasil desenvolvidas pelos doutorandos e mestrands não só do Programa de Antropologia, mas de Sociologia também, que puderam beneficiar-se de suas orientações e que continuam a fazê-lo através de seus escritos sobre o tema, os quais trouxeram uma leitura original, propondo a existência da “forma acampamento” e da “forma movimento” como uma maneira legítima de demandar terra ao Estado.

Lygia tinha uma notável capacidade de colocar em interlocução suas experiências em diferentes campos empíricos e intelectuais; era assim que o entendimento de um fenômeno social fecundava o outro: os bloqueios de estrada, o movimento *piquetero* na Argentina, as demandas por terra no Brasil. Lembro que o último tópico da disciplina que ministrou na Unicamp se referia às demandas por terra, aos conflitos étnicos, ao império das ONGs e aos compromissos com o Estado na África do Sul. Aqui chego onde sua partida precoce nos deixou. No segundo semestre de 2008, organizamos um Simpósio sobre Mobilidade e Construções Identitárias: Experiências do Brasil e da África do Sul, na Unicamp, que aconteceu na primeira semana de dezembro daquele ano. O interesse intelectual pela África do Sul e a perspectiva comparativa já estavam postos no livro que Lygia Sigaud havia organizado juntamente com Benoît de L'Estoile e Federico Neiburg, *Antropologia, impérios e Estados nacionais* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002). Sua presença física já não foi possível naquele momento, mas era absolutamente manifesta na participação de seus colegas e ex-alunos, evocados aqui através de Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Antonádia Borges (UnB) e Marcelo Rosa (UnB). Naquele simpósio, foi nomeadamente lembrada por nós.

Este número da *Ruris*, que reúne um dossiê sobre trabalhadores no corte da cana, estava indo para o prelo quando recebemos a notícia de que Lygia Sigaud havia partido naquela manhã de 9 de abril; Lygia, que teve o pioneirismo nos estudos antropológicos sobre a questão dos direitos que envolvem esses mesmos trabalhadores. Fica aqui a homenagem da *Ruris* e dos pesquisadores do Ceres, para quem Lygia Sigaud será sempre uma presença sensível.

*Emília Pietrafesa de Godoi*

São Paulo, abril de 2009